

## **IGARAPÉS URBANOS E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS INFORMAIS DA MADEIRA: A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MERCADO MADEIREIRO NAS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA**

**G. N. Santos e J. L. R. Porto**

### **RESUMO**

A Amazônia brasileira apresenta-se como uma das principais regiões produtoras de madeira tropical do mundo. Este trabalho analisa o mercado madeireiro nos municípios amapaenses de Macapá e Santana (Amapá-Brasil), no que tange as ações estimuladoras à cadeia produtiva do setor, visando o desenvolvimento endógeno no espaço amapaense. O urbano contemporâneo amapaense se constituiu espacialmente próximo aos cursos d'água, os igarapés urbanos, onde há ocorrência de territórios informais que abrigam a comercialização madeireira, em, uma típica representação do circuito inferior miltoniano. As questões norteadoras deste trabalho são ei-las: como se distribui espacialmente o mercado madeireiro na malha urbana dos municípios de Macapá e Santana? Como se caracteriza o perfil comercial dos produtos madeireiros? Através do método científico indutivo, a investigação utilizou para coleta de dados as técnicas de documentação indireta e observação direta intensiva.

### **1 INTRODUÇÃO**

Os cursos d'água, rios, córregos, riachos sempre exerceram aspecto atrativo para a formação de assentamentos humanos, tanto de curta ou longa permanência. No contexto amazônico, esta dinâmica ocorre de maneira marcante. Compreendemos este aspecto por meio da associação histórica entre os ciclos econômicos e o processo de urbanização, ocasionando o surgimento de formações urbanas às margens dos grandes rios sob dinâmicas intensamente dirigidas à atividade mercantilista.

Não diferentemente, tem-se a origem dos aglomerados urbanos amapaenses, também frutos das dinâmicas econômicas e migratórias. As margens do Rio Amazonas e cortadas pela linha do Equador, localizam-se as cidades de Macapá e Santana (Amapá-Brasil), as duas cidades com maior contingente populacional do estado amapaense. Cidades confluentes, estas possuem como característica serem entrecortadas por cursos d'água e áreas úmidas que fazem parte da bacia hidrográfica Amazônica. Nos igarapés presentes nestes núcleos urbanos se instalaram diversas atividades complementares do circuito inferior miltoniano, como feiras de pescado e comércios de madeira.

A representatividade deste tipo de atividade na história dos municípios de Macapá e Santana demonstra que essas dinâmicas, apesar de não aparecerem nos estudos e levantamentos estatísticos produzidos pelos órgãos de pesquisa institucionalizados, têm desempenho fundamental na vida de muitas famílias e se relaciona, ainda, diretamente com

a produção da cidade e com as atividades econômicas consideradas formais do setor da construção civil.

Pretende-se, com este estudo, analisar o mercado madeireiro estabelecido às margens dos igarapés urbanos existentes no eixo Macapá-Santana, orientadas por duas perguntas norteadoras, que foram: como se distribui espacialmente o mercado madeireiro na malha urbana dos municípios de Macapá e Santana? Como se caracteriza o perfil comercial dos produtos madeireiros? A abordagem adotada para a pesquisa é qualitativa, contendo aspectos quantitativos, quanto à estatística descritiva em que se apresentam alguns resultados.

A partir do método científico indutivo, a investigação se estruturou analiticamente em fases de observação, descoberta e generalização. Para a coleta de dados, utilizaram-se as técnicas de observação direta intensiva e documentação indireta, divididas em duas etapas. A primeira de observação individual quanto ao uso do solo pelo mercado. A segunda etapa foi de análise de documentação indireta para a caracterização dos produtos madeireiros, para aferir os aspectos: origem, espécies, peças, dimensões e preço.

Ressalte-se, aqui as restrições quanto ao arcabouço literário sobre o mercado madeireiro informal de Macapá e Santana. Esta representa uma das limitações enfrentadas pela pesquisa. A inexistência de estatísticas institucionais referentes às questões socioeconômicas do setor estudado é outro entrave ao aprofundamento do estudo. Neste sentido, os resultados possivelmente se apresentam subdimensionados.

## **2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MERCADO MADEIREIRO AMAPAAENSE**

A Amazônia brasileira é, atualmente, uma das principais regiões produtoras de madeira tropical do mundo e abriga um terço das florestas tropicais mundiais (OIMT, 2006 *apud* Castilho, 2013). E uma das cadeias produtivas no setor madeireiro é oriunda das suas várzeas, tendo como ator principal o ribeirão amazônico. Essa cadeia abastece parte da demanda de diversos centros urbanos regionais onde a pressão da expansão urbana é contínua e constante.

Dois destes centros urbanos são os municípios amapaenses: Macapá, a capital, com população estimada de 456.171 habitantes (IBGE, 2015) e Santana com 112.218 habitantes (IBGE, 2015). Juntos concentram aproximadamente 75% da população do Estado. Ambas as cidades possuem sua malha urbana entrecortada por igarapés, o que dinamiza a configuração do mercado madeireiro.

Uma vez que a cadeia produtiva da madeira que se origina nas florestas de várzea segue, geralmente, a dinâmica de produção que inicia no corte seletivo da árvore (espécies de alto valor comercial para o setor da construção civil), e beneficia-se a madeira com o auxílio de motosserra, ainda dentro da floresta, para a produção de flechais, esteios, tábuas, entre outras peças. Posteriormente, escoam-se em barcos até os mercados urbanos para a comercialização. Muitas vezes esta atividade é desenvolvida fora de qualquer modalidade legal.

Às margens dos igarapés urbanos de Macapá e Santana encontra-se madeira para a construção de casas, para formas para o concreto armado, madeira para o forro das casas,

para os cercados e para a fabricação de móveis e esquadrias. As lojas que comercializam esses produtos são conhecidas como estâncias madeireiras.

Este mercado espacialmente constituído próximo às águas abastece parte da demanda da construção civil de Macapá e Santana, e movimenta uma receita anual de aproximadamente 16 milhões de reais proveniente da comercialização de cerca de 40.000m<sup>3</sup> de madeira serrada (Castilho, 2013). Em geral são originários das várzeas do interior do Estado e das ilhas do Pará (os municípios de Afuá, Gurupá e Breves), e comercializados desacompanhados de documento de recolhimento fiscal e de origem florestal.

Tostes (2016) considera que há dois usos desassociados quanto às orlas dos rios nas cidades amazônicas, o primeiro utiliza a orla dos rios como fonte de atratividade econômica, seja através de atividades formais ou informais; e a segunda refere-se à diversificação de atividades de lazer e recreação. A primeira modalidade de uso é a mais corriqueira, e o comércio se forma ao largo do rio.

O uso do território às margens dos cursos d'água pela atividade econômica madeireira promove um cenário conflituoso de esferas social, ambiental e legal. Priva-se a sociedade do acesso de bens de direito difuso, os cursos hídricos. A informalidade da atividade reflete-se na infraestrutura urbana ínfima do espaço. A fragilidade ambiental é expressa na poluição hídrica e na supressão da mata ciliar. As leis vigentes quanto ao uso do solo e gestão ambiental são transgredidas pela configuração espacial que o mercado madeiro constituiu.

A ocupação destas áreas úmidas é resultado das construções sociais e culturais da população amazônica, que adotam as vias fluviais para as suas dinâmicas quanto ao uso do seu território e as suas mobilidades. Embora essas construções façam parte das dinâmicas geoeconômicas regionais, ainda há ausência de políticas públicas nos setores urbanísticos e ambientais para a gestão da cidade, corroborando para a configuração de paisagens desequilibradas entre meio antrópico e meio natural. Esta instauração de territórios informais é pertinente as cidades de Macapá e Santana, materializadas pelo uso de palafitas, constituindo favelas úmidas no entorno de igarapés e em áreas alagadas.

A busca de qualidade de vida e ambiental nos centros urbanos implica em um planejamento urbano-ambiental. As políticas de desenvolvimento vinculadas ao planejamento urbano auxiliam na ocupação racional do território. E este deve estar atrelado, ainda, à real inclusão da questão ambiental em suas diretrizes e conceitos. O espaço macapaense e santanense imprime hoje uma paisagem estressada pela perda de seus benefícios ambientais, abrigando uma população que vive em situação precária e de risco.

### **3 O CIRCUITO INFERIOR ECONÔMICO DA MADEIRA AMAPAENSE**

A floresta representa geração de trabalho e renda para boa parte da população que vive nas cidades da Amazônia. Diversos processos produtivos decorrem do uso de produtos florestais como a madeira, frutas, sementes, cipós e ervas. As pescas, marinha e fluvial, também ocupam pessoas. De acordo com Castro (2008, *apud* Amaral, 2010), muitos trabalhadores do meio rural utilizam-se de sistemas agroflorestais, associando o extrativismo à agricultura.

Esse circuito espacial de produção, que estrutura-se a partir da atividade produtiva florestal, compreende uma série de etapas de transformação do produto até chegar à fase de comércio e consumo final, que constantemente se constitui no meio urbano. Segundo a abordagem de Machado (1999, *apud* Amaral, 2010) relativa às tendências da urbanização e do mercado de trabalho na Amazônia, demonstra-se que a proporção de empregos informais é maior nas pequenas cidades do que em grandes cidades. Nas cidades maiores, fatores como a fiscalização na aplicação da legislação trabalhista, mão-de-obra qualificada, geração de empregos no setor público, influenciam na diminuição do trabalho informal.

Na perspectiva de Milton Santos (2004), quanto à sua proposta reflexiva sobre os dois circuitos da economia urbana. Com as necessidades permanentes da população urbana, dois subsistemas econômicos são gerados, o circuito superior e o inferior, o primeiro em função da existência de trabalho perene e bem remunerado, e outro devido à existência de trabalho com baixa remuneração e intermitente, ocasionando a criação de formas de subsistência por grande parte da população. Silva (2012) apresenta os dois subsistemas urbanos como formas de produção, distribuição, comercialização e consumo que originam diferentes materialidades visíveis na paisagem urbana a partir da polaridade dos lugares opacos e luminosos. Porém, ambos se relacionam dialeticamente a partir da complementaridade, subordinação e concorrência. No quadro 01 apresenta-se a caracterização geral que a autora faz dos dois circuitos da economia urbana.

**Quadro 01: Caracterização geral dos dois circuitos da economia urbana**

<b>CIRCUITO SUPERIOR</b>	<b>CIRCUITO INFERIOR</b>
Atividades modernas (inovações tecnológicas)	Reutilização de material para processo produtivo
Capital intensivo	Trabalho intensivo
Assalariamento dominante	Flexibilidade das relações “salariais”
Produção em grande escala	Pequena quantidade em cada estabelecimento produtivo
Acesso ao crédito	Crédito bancário restrito ou nulo
Relações com os clientes institucionalizadas	Relações com a clientela personalizadas
Apoio institucional	Apoio institucional quase nulo
Dependência com o exterior	Dependência do mercado interno

Fonte: Silva (2012) adaptado de Santos (2004)

Na teoria miltoniana dos circuitos urbanos, define-se, então, o circuito superior como o das atividades econômicas quem utilizam e produzem alta tecnologia, logo, a inovação é essencial ao processo produtivo das empresas do circuito superior, esta irá garantir os crescentes lucros e o monopólio de mercado. O uso de capital intensivo e a dependência do mercado exterior também são aspectos inerentes às atividades do circuito superior, assim como o apoio institucional e o acesso ao crédito, além das relações de trabalho baseadas no assalariamento (Silva, 2012).

Em contrapartida, o circuito inferior está baseado no uso de trabalho intensivo. Na maioria das vezes, a tecnologia utilizada por este circuito é obsoleta aos agentes do circuito superior, ou ainda executa atividades consideradas desinteressantes pelo circuito superior, por serem onerosas e agregarem pouco valor ao produto. As relações salariais são flexíveis no circuito inferior, e normalmente não recebe apoio institucional ou mesmo acesso ao crédito bancário. Possui relações personalizadas entre seus agentes e clientes e dependência do mercado interno (Silva, 2012).

Neste sentido, entende-se o mercado informal estruturado nas cidades amazônicas de forma mais complexa e ampla através do "circuito inferior da economia urbana". O circuito inferior miltoniano é, portanto, o circuito econômico urbano composto pelas atividades de pequena dimensão, com o uso de trabalho intensivo, que se cria e se recria com pouco capital (Silva, 2012).

A precariedade quanto ao mercado de trabalho é um aspecto pertinente às cidades da Amazônia, enquanto nas metrópoles e nas grandes e médias cidades do centro-sul do país a força de trabalho assalariado vem obtendo maior crescimento, na maioria das cidades amazônicas se verifica um mercado de trabalho assalariado em formação. Dentro deste cenário, Macapá e Santana, apesar de cidades médias, representam lugares opacos, com baixo desenvolvimento industrial, pouca dinamicidade e tecnologia limitada. Deste modo, o circuito inferior se insere na estruturação das dinâmicas urbano-regionais.

A cidade de Macapá tem intensa vinculação com as chamadas ilhas do estado do Pará (Afuá, Breves, Chaves e Gurupá). À cerca de 25 quilômetros de distância, Macapá representa, assim como o município vizinho Santana, um núcleo urbano mais acessível para os habitantes desses lugares que se deslocam em busca de trabalho e acesso a bens e serviços. Esta teia territorial estabelecida fomenta a lógica de distribuição do comércio de madeira local, com seus produtos originários nas ilhas paraenses e comercializados nos igarapés urbanos de Macapá e Santana. Esse território de comercialização informal da madeira às margens dos igarapés urbanos é uma representação do circuito inferior miltoniano.

O circuito inferior da madeira possui representatividade econômica no estado do Amapá e expõe ainda o caráter extrativista e protagonista peculiar ao produtor ribeirinho amazônico, detentor de conhecimento empírico da atividade, não dependendo da figura institucional para estabelecimento de sua economia. Este circuito é muito intenso no eixo Macapá-Santana, para o entendimento da organização da relação das cidades com a região e no suprimento das demandas da população mais pobre.

Amaral (2010) ressalta ainda que a compreensão do papel do circuito inferior permite explicar, alternativamente, a permanência de redes urbanas na Amazônia mesmo em condições de precariedade de infraestrutura no setor de transporte e a alta densidade populacional.

## **4 TERRITÓRIOS INFORMAIS DA MADEIRA E SUA CONFIGURAÇÃO URBANA AMAPAENSE**

A configuração espaciais de territórios informais e a sua materialização no urbano amapaense é amplamente influenciado pela ocorrência de áreas úmidas, conhecidas localmente por “ressacas”. Esses territórios em muito corroboram para a dinâmica econômica endógena, que para os objetivos deste trabalho, será focado o setor madeireiro.

### **4.1 Espacialidade urbana do mercado madeireiro**

A partir da característica geomorfológica de Macapá e Santana da presença marcante de cursos d'água e áreas úmidas, foram levantados os igarapés afluentes do rio Amazonas presentes na malha urbana das cidades, estabelecendo-se um universo de cinco cursos d'água. De maneira geral, temos a paisagem das margens dos igarapés vinculada às atividades consideradas informais.

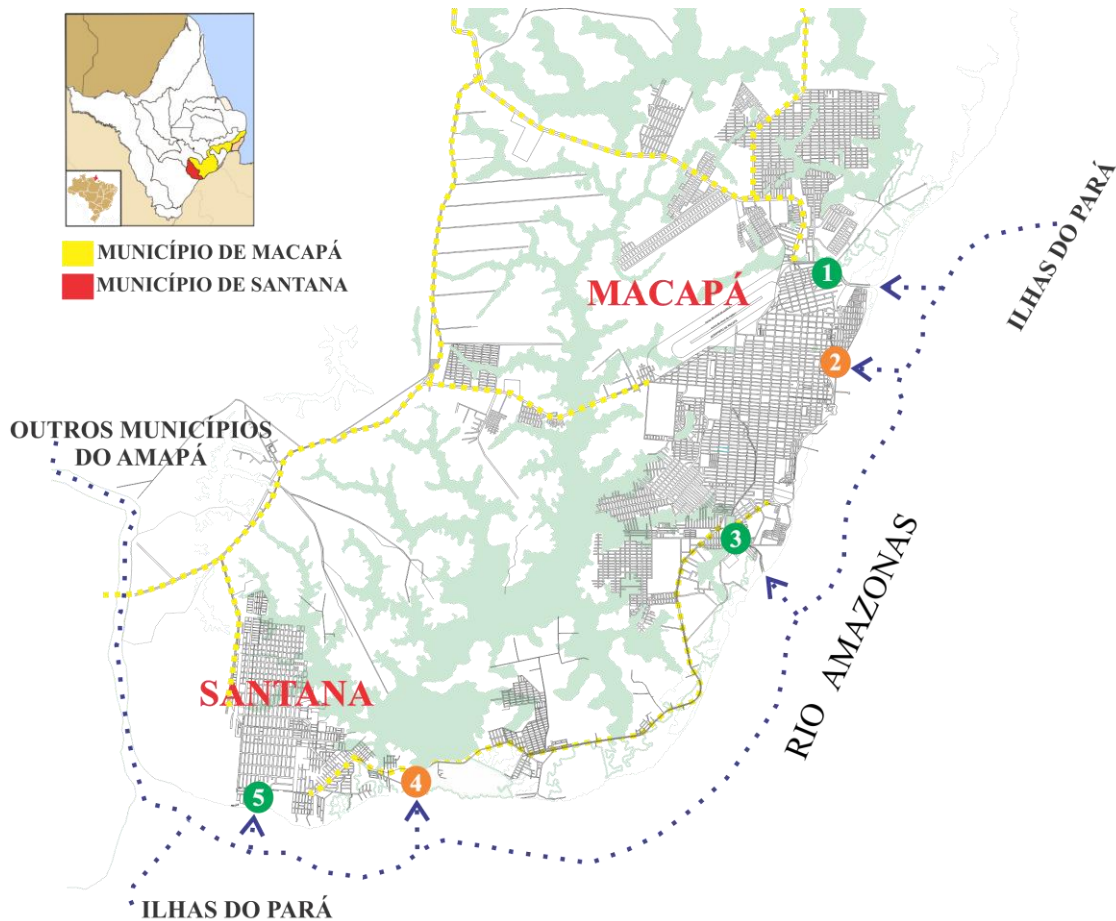
Os cursos d'água estudados foram: O Canal do Jandiá, na porção norte da cidade de Macapá; o Igarapé das Mulheres localizado na região central da capital; o Igarapé das Pedrinhas na zona sul de Macapá; o Igarapé da Fortaleza no limite dos dois municípios estudados; e o Canal do Boieiro na zona portuária de Santana. As atividades informais que ocorrem com maior intensidade são feiras de pescado e outros gêneros alimentícios e os comércios de madeira.

No entanto, há uma diferenciação da atividade dominante em cada área. Identificou-se que os pontos de venda de madeira, conhecidos como “estâncias”, estão instalados em Macapá no Canal do Jandiá e no Igarapé das Pedrinhas, e em Santana no Canal do Boieiro. Nesses locais o comércio é intenso e perene, e além das estâncias há ainda micro serrarias que processam o produto trazido por barcos.

Nas outras áreas, o Igarapé das Mulheres e o Igarapé da Fortaleza a atividade econômica dominante está relacionada às feiras de produtos alimentícios. Ocorrendo no Igarapé das mulheres a feira de pescado principalmente, e no Igarapé da Fortaleza, o pescado e a venda de açai. Apesar de não predominante, a atividade madeireira ainda existe nesses espaços, com menor intensidade e esporadicamente há a comercialização de madeira dentro dos próprios barcos que fazem o traslado da área de produção ao consumidor final, constantemente essa dinâmica ocorre sob encomenda por parte do comprador.

Afirmar-se que o comércio de madeira está configurado de maneira consolidada em três igarapés urbanos, em um universo de cinco existentes no eixo de estudo. Percebe-se ainda uma configuração espacial do circuito inferior de Macapá e Santana ao longo da orla do Rio Amazonas. Evidenciando o caráter dos comércios das cidades na Amazônia se estabelecerem as margens de rios, lagos, igarapés. Logo, temos a paisagem regional estabelecida na relação do rio às atividades econômicas ditas informais.

Na Figura 1 apresenta-se a espacialização dos igarapés urbanos estudados, as atividades econômicas predominantes em cada área, e a distribuição do mercado madeireiro na malha urbana dos municípios de Macapá e Santana:



Legenda

- 1 Canal do Jandiá
- 2 Igarapé das Mulheres
- 3 Igarapé das Pedrinhas
- 4 Igarapé da Fortaleza
- 5 Canal do Boieiro
- Atividade econômica dominante: mercado madeireiro
- Atividade econômica dominante: feiras de gêneros alimentícios
- Fluxo hídrico de produtos
- Rodovias
- Áreas úmidas

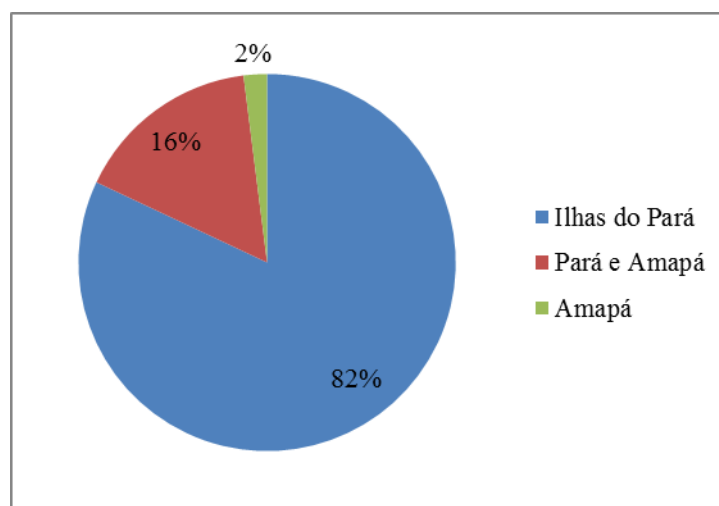
**Fig. 1** Espacialização dos igarapés no perímetro urbano de Macapá e Santana

Fonte: Autores (2016)

#### 4.2 Perfil dos produtos madeireiros do circuito inferior

No ano de 2009, foram extraídos nos estados do Pará e Amapá 1,9 milhão de metros cúbicos de tora, 700.000 m<sup>3</sup> de madeira processada, motivando a geração de 25.000 empregos diretos e indiretos (Hummel *et al.*, 2010 *apud* Castilho, 2013). Estas estatísticas demonstram o quão a atividade madeireira exerce papel importante para a economia da região Amazônica, além do papel social, pois a cadeia produtiva da várzea é predominantemente de caráter familiar, originando o circuito inferior da madeira na região estudada.

Castilho (2013) apresenta dados em sua pesquisa referente ao perfil dos produtos madeireiros comercializados no Canal do Jandiá, Igarapé das Pedrinhas, e Canal do Boieiro. Os dados são referentes à origem, espécies, peças e dimensões, e preço. Segundo a autora, a origem da madeira comercializadas nas estâncias é na sua maior parte procedente da ilhas do Pará (Afuá, Gurupá e Breves). A maioria das estâncias comercializam produtos originários apenas das ilhas paraenses, totalizando 82% do quantitativo amostrado. Há ainda estâncias que trabalham com produtos procedentes de ambos estados, Pará e Amapá, somando 16%. E apenas 2% das estâncias vendem madeira de origem somente amapaense (Figura 2).



**Fig. 2** Procedência da madeira comercializada nas estâncias de Macapá e Santana

Fonte: Autores (2016) adaptado de Castilho (2013)

Quanto às espécies mais comercializadas nas estâncias, Castilho (2013) aferiu as 10 espécies mais citadas, sendo elas: pracuúba (*Mora paraensis* Ducke), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), anani (*Symphonia globulifera* L.), virola (*Virola surinamensis* Warb.), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum* (Benth.) K. Shum.), tamaquaré (*Caraipa grandiflora* Mart.), quaruba (*Vochysia eximia* Ducke), angelim (*Hymenolobium excelsum* Ducke), mandioqueira (*Qualea paraensis* Ducke) e quaruba cedro (*Vochysia vismiaefolia* Spruce ex Warm.).

As peças comercializadas são geralmente destinadas a construção civil, são encontradas nas estâncias tábuas, pernambancas, ripas, ripões, e lambri comum. Segundo Castilho (2013) as peças de madeira comercializadas nas estâncias apresentaram variação nas suas dimensões, variando entre estâncias, e entre os três mercados distintos. O que indica a não padronização dos produtos madeireiros, principalmente quanto às dimensões de largura e espessura.

Outra variação encontrada por Castilho (2013) é relativo aos preços das peças que também apresentaram alteração entre os diferentes pontos de comercialização e estâncias. Segundo a autora os preços das peças variam principalmente em função da sazonalidade: período de estiagem (julho a dezembro) e período de chuvas (janeiro a junho).

No período mais chuvoso, existe uma menor demanda por materiais para construção civil, como é o caso da madeira. Desta forma, as peças tendem a alcançar menores preços no



mercado. Em contrapartida, no período estiagem, a procura pelo mercado consumidor aumenta, porém há um menor quantitativo de madeira para oferta, devido à dificuldade de extração e transporte das toras conduzidas através de pequenos rios às serrarias, que, no período menos chuvoso encontram-se impossíveis de navegar. Logo, neste período, as peças são vendidas a preços máximos. (Castilho, 2013)

Com a caracterização dos produtos comercializados pelo mercado madeireiro, percebe-se um espaço produtivo com baixas densidades técnicas e informacionais. A limitação tecnológica e organizacional também é expressa nesse lugar opaco pouco dinâmico e pouco fluido.

### **4.3 Os territórios informais e a dinâmica do mercado madeireiro**

O urbano amapaense é constituído espacialmente próximo às águas, nos territórios úmidos. Aspecto comum a diversos centros urbanos amazônicos. Para Corrêa (1988 *apud* Cardoso *et al.*, 2013), uma mudança significativa na formação da rede urbana tradicional na Amazônia ocorreu após a década de 1960. Esta mudança estaria associada a sua incorporação definitiva ao processo geral de expansão capitalista no país. E cidades como Belém e Manaus (cidades primazes) desempenhavam papel central na estruturação de rede urbana composta por uma teia (rede dendrítica) que iniciava nessas cidades até as pequenas localidades, que não se articulavam entre si, através da rede hidrográfica.

Essas cidades primazes exercem poder atrativos às comunidades próximas, que buscam melhores condições de vida. Macapá e Santana exercem esta atratividade em relação as ilhas do Pará. Porém os migrantes, muitas vezes, não são absorvidos no traçado urbano planejado, e acabam se estabelecendo nas áreas úmidas, na total informalidade territorial. O úmido no eixo urbano Macapá-Santana é desvalorizado pela gestão urbana e sociedade, o que sujeita essas áreas ribeirinhas às ocupações irregulares.

Cardoso *et al.* (2013) aborda a transposição do modo de vida ribeirinho como causa de problemas inadmissíveis do ponto de vista sanitário, porém aceitas pela população que migra do meio rural para a zona urbana. Os autores trazem esta relação vista através dos contextos territoriais: (1) Na floresta, o contexto rural, esta solução habitacional traduz-se na inexistência da necessidade de acúmulo acima do consumo diário, as casas são feitas de madeira, a água é captada no rio, e o alimento coletado ou pescado diariamente. Entretanto, (2) no contexto urbano surgiram as ocupações de várzea por palafitas, com aterro progressivo do solo, densidades populacionais elevadas, problemas de saneamento, caracterizando assentamentos humanos precários.

A informalidade vinculada às orlas de rios se expressa em Macapá e Santana nos territórios informais destinados para a comercialização da madeira. Essa associação, comumente, é ligada a um leque de problemas urbanos e ambientais para o processo de planejamento e gestão urbana do solo. E este cenário conflituoso tem sido perpetuado ao longo de décadas nos núcleos urbanos beira-rios amapaenses. Concretizando um panorama de conflitos territoriais e socioambientais.

A configuração espacial do mercado da madeira priva a comunidade do acesso aos cursos hídricos, bens esses de direito difuso. Estas áreas poderiam atender as necessidades de lazer e recreação da sociedade quando planejadas junto à áreas verdes e equipamentos urbanos. A infraestrutura urbana do espaço é ínfima, esgotamento sanitário é inexistente,

sistemas de fornecimento de água e eletricidade falhos, indisponibilidade de mobiliário urbano, entre outros problemas comuns à assentamentos precários.

O espaço se traduz, ainda, na fragilidade ambiental, os cursos hídricos são poluídos, recebendo o despejo do esgoto in natura e lixo doméstico. Para a instalação do mercado, houve a supressão da mata ciliar dos igarapés. Não se nota políticas e projetos para educação ambiental nas áreas. As leis vigentes quanto ao uso do solo e gestão ambiental são infringidas pela configuração espacial que o mercado madeireiro constituiu. O uso do solo às margens dos cursos d'água pela atividade econômica madeireira promove um cenário de subversões nas esferas social, ambiental e legal.

Para Tostes (2016) o imenso conflito as proximidades dos rios da Amazônia está relacionado às legislações vigentes, em especial quanto o uso do solo. Segundo o autor, os planos diretores ainda não possuem devida aplicação e o sistema de fiscalização é falho, não há investimentos significativos em tecnologia, ocasionando o padecimento de quem administra as cidades, no caso as prefeituras, frente aos diversos problemas relacionados ao processo de gestão e planejamento da cidade.

Faz-se necessário avaliar alternativas para a requalificação urbana e ambiental destes territórios informais nas proximidades de rios e igarapés, porém esse processo deve envolver a comunidade, através do emponderamento social. A ação coletiva é fundamental para a permanência dos aspectos culturais locais na tomada de decisões. Pois a requalificação da paisagem beira-rio deverá despertar a apropriação simbólica do espaço por seus usuários, o que contribuirá na preservação, manutenção e continuas melhorias do lugar.

O Plano Diretor de Macapá (2004) prevê em seu Artigo 142 as margens do canal do Jandiá e as margens do canal das Pedrinhas como “Áreas de Interesse para Reestruturação Urbana”, assim como a via de integração da orla do rio Amazonas. O artigo estipula diretrizes específicas para elaboração dos projetos de reestruturação urbana das áreas, que envolvem: a integração dos setores municipais responsáveis pelo meio ambiente e pela prestação de serviços urbanos; o envolvimento de representantes da população local; ações conjuntas com o órgão estadual responsável pelo meio ambiente e com a concessionária de água e esgotos de Macapá; e a inclusão de componentes referentes à: drenagem urbana; remoção de resíduos sólidos; geração de trabalho e renda; educação ambiental. No entanto, desde o lançamento do documento no ano de 2004, não houve projetos ou planos de ações para a reestruturação das áreas em questão.

Atualmente, a temática do planejamento ambiental possui papel principal no cenário de desenvolvimento de projetos e planos urbanos. A necessidade de requalificação do urbano dentro das premissas ambientais, cresce junto com o aumento da demanda por espaços públicos que ofereçam qualidade de vida à seus usuários. Em busca de melhores índices sociais e ambientais locais, o planejamento urbano-ambiental nos territórios informais da madeira é de extrema importância, uma vez que estes fatores estão diretamente relacionados.

As políticas de planejamento urbano voltadas para o desenvolvimento das áreas de estudos, em teoria auxiliariam na ocupação racional do uso do solo, e este planejamento é considerado ambiental a partir da real inclusão da questão ambiental e social em suas diretrizes e conceitos, promovendo, também, o equilíbrio do meio natural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção de como se distribui espacialmente o mercado madeireiro na malha urbana dos municípios de Macapá e Santana, identificou um circuito econômico miltoniano nas configurações urbanas dos municípios estudados: o inferior. Esse mercado madeireiro, adentra no espaço macapaense e santanense por cinco cursos d'água e áreas úmidas: O Canal do Jandiá, na porção norte da cidade de Macapá; o Igarapé das Mulheres localizado na região central da capital; o Igarapé das Pedrinhas na zona sul de Macapá; o Igarapé da Fortaleza no limite dos dois municípios estudados; e o Canal do Boieiro na zona portuária de Santana. Contudo, a atividade se consolida nos Canal do Jandiá, no Igarapé das Pedrinhas e no Igarapé do Boieiro.

Identificou-se, também, que os pontos de venda de madeira, conhecidos como “estâncias”, estão instalados em Macapá no Canal do Jandiá e no Igarapé das Pedrinhas, e em Santana no Canal do Boieiro. Nesses locais o comércio é intenso e perene, e além das estâncias há ainda micro serrarias que processam o produto trazido por barcos. Como, também, a ocorrência conjunta de feiras de produtos alimentícios (pescado e produtos horticultor e frutíferos, a exemplo do açaí).

Quanto à caracterização do perfil comercial dos produtos madeireiros, a origem das madeiras comercializadas no Amapá são, principalmente, procedentes das ilhas do Estado do Pará (Afuá, Gurupá e Breves). Cujas peças comercializadas são destinadas para a construção civil, com peças apresentando variação nas suas dimensões, indicando a não padronização dos produtos madeireiros, principalmente quanto às dimensões de largura e espessura.

Os objetivos traçados permitiram a compreensão deste território informal dinamizado pela atividade da madeira. Como este se distribui no espaço urbano, e a origem e perfil da sua produção, elucidaram que as complexas relações e dinâmicas envolvem diversos fatores de escala: social, cultural, econômica e institucional.

## 6 REFERÊNCIAS

Amaral, M. D. B. (2010) **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**, tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cardoso, A. C. D., Pereira, G. J. C. e Negrão, M. R. G. (2013). **Urbanização e estratégias de desenvolvimento no Pará: da ocupação ribeirinha aos Assentamentos Precários**. Novos Cadernos NAEA: Desenvolvimento Urbano,16(2), 255-279.

Castilho, N. T. F. (2013) **Manejo da regeneração natural e produção de madeira paulato em floresta de várzea do estuário Amazônico**, dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical, Macapá.

IBGE (2015) **Estimativa da População 2015**. Diretoria de Pesquisas - DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS [Online]. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm)  
[Acessado 29 março 2016].

Prefeitura Municipal de Macapá (2004) **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**, Macapá, P.M.M. – SEMPLA, IBAM.

Santos, M. (2004). **O Espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**, São Paulo, EDUSP.

Silva, S. C. (2012). **O circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado**, Caminhos de Geografia (UFU), 13, 282-292.

Tostes, J. A. (2016) **Cidade e rios na Amazônia** [Online]. Disponível em: <http://josealbertostes.blogspot.com.br/2016/04/cidades-e-rios-na-amazonia.html> [Acessado 05 abril 2016].